

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: organizações, inovações e sustentabilidade 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-557-0

DOI 10.22533/at.ed.570201911

1. Ciências Sociais. 2. Organizações. 3. Inovações. 4. Sustentabilidade. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Organizações, inovações e sustentabilidade”, são ao todo trinta e seis artigos dispostos em dois volumes.

As pesquisas apresentadas congregam esforços de análises e reflexões relevantes sobre a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere as relações conflituosas entre inovação e sustentabilidade e a busca de estratégias para resolução destes conflitos.

Os artigos que compõem o volume 1 possibilitam ao leitor o acesso pesquisas relacionadas às políticas públicas, relações políticas, questões de gênero, capital, renda e processos organizacionais. Os temas são abordados a partir de categorias de análise relevantes para a compreensão das relações que permeiam a sociedade brasileira, como a cordialidade, o patrimonialismo e a representatividade.

Ainda no volume 1, destaca-se que os temas são tratados de forma a considerar a importância e impactos da democracia ou da fragilidade desta diante da falta de representatividade, possibilidades de participação e tomada de decisão. Sendo considerado nestes aspectos as disputas de classe e reconhecendo-se os impactos diretos para as questões de gênero, raciais, de acessibilidade, mobilidade e exclusão financeira.

As pesquisas apresentadas no volume 2 do e-book estão vinculadas a duas temáticas centrais, o primeiro é sustentabilidade e meio ambiente, com estudos que tratam sobre a relação da temática com a produção do lixo, o consumo, práticas sustentáveis, processos participativos, tomadas de decisão e comunidades tradicionais. Por outro viés, a temática sustentabilidade e meio ambiente é também analisada a partir da responsabilidade social diante das problemáticas apresentadas pelo agronegócio e sistema empresarial e impactos destes para o meio ambiente.

Para finalizar, são apresentados artigos que contribuem para a reflexão sobre a relação entre inovação e sustentabilidade em processos educacionais através do uso de bibliotecas, contações de histórias, alfabetização digital e funções de linguagem.

Com temática contemporânea e imprescindível para as relações estabelecidas nos diferentes aspectos da vida social, espera-se com os artigos apresentados contribuir para o reconhecimento de desafios e estratégias construídas coletivamente, bem como, para novas análises da temática e com diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA DEPENDE DO SEU CONSUMO E DA ORGANIZAÇÃO DO LIXO QUE VOCÊ PRODUZ

Luciene Cristina de Assis

Elivania Cristina de Assis Ananias

DOI 10.22533/at.ed.5702019111

CAPÍTULO 2..... 6

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SHOPPING RIOMAR EM FORTALEZA/CE

Inácio Ferreira Façanha Neto

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

DOI 10.22533/at.ed.5702019112

CAPÍTULO 3..... 21

TERRITÓRIO DE MATEIRO: PERSPECTIVA ETNOECOLÓGICA A PARTIR DA PAISAGEM REINVENTADA NO PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO/RJ

Alessandro Melo Rifan

DOI 10.22533/at.ed.5702019113

CAPÍTULO 4..... 34

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E CONSENSUALIDADE: UMA REFLEXÃO EM PROL DO CONSENSO E EM BUSCA POR DIMENSÕES METACRÍTICAS

Laone Lago

DOI 10.22533/at.ed.5702019114

CAPÍTULO 5..... 48

CONSELHOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA NO ICMBIO

Cristiane Ramscheid Figueiredo

Camilla Helena da Silva

Fernanda de Barros Boaventura

Beatriz Nascimento Gomes

Maria Vilani Lopes Lima

Lucia Helena de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5702019115

CAPÍTULO 6..... 62

APONTAMENTOS PARA A ELABORACAO DE UMA POLITICA SOCIOAMBIENTAL PARA AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO ALTO RIO TROMBETAS E EM SEU ENTORNO

Wilson Madeira Filho

Ana Maria Motta Ribeiro

Alba Simon

Leonardo Alejandro Gomide Alcântara

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

Wagner de Oliveira Rodrigues

Carolina Weiler Thibes
Rogério Geraldo Rocco
Marcelino Conti de Souza

DOI 10.22533/at.ed.5702019116

CAPÍTULO 7..... 80

INTERAÇÕES FLORESTAIS E HÍDRICAS: A POSSIBILIDADE DE DESPOLUIÇÃO DO LAGO GUAÍBA

Francine Cansi
Carlos Cini Marchionatti
Liton Lanes Pilau Sobrinho

DOI 10.22533/at.ed.5702019117

CAPÍTULO 8..... 94

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DA EMPRESA SAMARCO

Cristina Maria Pereira Rosa Gonçalves
Daniela Araújo dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.5702019118

CAPÍTULO 9..... 111

UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM FOCO NA INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DOS CATADORES DA ASSOCIAÇÃO NOVO HORIZONTE EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS

Fernanda dos Santos Trindade
Altacir Bunde

DOI 10.22533/at.ed.5702019119

CAPÍTULO 10..... 126

ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS PROMOVIDAS PELOS MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE: IMPLICAÇÕES DIRETAS NO AGRONEGÓCIO

João Gabriel Lima Costa
Carolina Merida

DOI 10.22533/at.ed.57020191110

CAPÍTULO 11..... 133

POLÍTICA PÚBLICA E CONFLITOS: DELINEANDO DISTINTAS PERSPECTIVAS NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS APAS DE MUNICÍPIO DA BAIXADA FLUMINENSE

Tamirez Dornelles Pires Grammatikopoulos
Maria Gracinda Carvalho Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.57020191111

CAPÍTULO 12..... 150

ÉTICA E INTEGRIDADE EMPRESARIAL EM DISCUSSÃO: O PACTO CONTRA A CORRUPÇÃO DO INSTITUTO ETHOS COMO ESTRATÉGIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Maria Ivete Trevisan Fossá
Amanda Frick

DOI 10.22533/at.ed.57020191112

CAPÍTULO 13..... 161

PARA ALÉM DAS ESTANTES: RETRATO DO PROJETO BIBLIOTERAPIA: DOUTORES DA LEITURA DO COLÉGIO OBJETIVO EM JUAZEIRO DO NORTE-CE

David Vernon Vieira

Maria Daiane de Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.57020191113

CAPÍTULO 14..... 169

O ENCANTO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E A MEDIAÇÃO DO CHÃO DE LETRAS

Elizeti Terezinha Caser Rocha

Neusa Christina Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.57020191114

CAPÍTULO 15..... 173

A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E O PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA: RELATO DO CURSO DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL PARA MULHERES NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO

Lara Vitória Pinto Espíndola

Aline da Silva Moreira

DOI15 10.22533/at.ed.570201915

CAPÍTULO 16..... 179

A DOCÊNCIA E OS DILEMAS DO ESTRESSE OCUPACIONAL: ESTUDO COM PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA

Magda de Sá Nunes

Luciano Zille Pereira

DOI 10.22533/at.ed.57020191116

CAPÍTULO 17..... 201

ANÁLISIS DE LA GENERACIÓN DE CONOCIMIENTO Y DESARROLLO TECNOLÓGICO POR LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR (IES) E IMPACTO EN LA CULTURA ORGANIZACIONAL DE PYMES DE SONORA, MÉXICO

Paula C. Isiordia-Lachica

Ricardo A. Rodríguez Carvajal

Jorge A. Romero Hidalgo

DOI 10.22533/at.ed.57020191117

CAPÍTULO 18..... 224

A BIOLOGIA DO CONHECIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

Jesús Edelberto Estrada García

DOI 10.22533/at.ed.57020191118

CAPÍTULO 19..... 239

AS FUNÇÕES DE LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO LIVRO POP-UP

Veronica Soares dos Santos

Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima

DOI 10.22533/at.ed.57020191119

SOBRE A ORGANIZADORA.....	252
ÍNDICE REMISSIVO.....	253

CAPÍTULO 11

POLÍTICA PÚBLICA E CONFLITOS: DELINEANDO DISTINTAS PERSPECTIVAS NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS APAS DE MUNICÍPIO DA BAIXADA FLUMINENSE

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 03/09/2020

Tamirez Dornelles Pires Grammatikopoulos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Seropédica, Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/0373990070676034>

Maria Gracinda Carvalho Teixeira

University of East Anglia, UK
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Seropédica, Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/8230657832492432>

RESUMO: A pesquisa analisa como os agentes sociais se posicionam quanto ao enfrentamento de conflitos, tomando como base empírica o estudo de uma política pública, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Pretende-se, a partir dessa análise, delinear distintas perspectivas nas relações socioambientais nesses territórios. APA é uma categoria das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, sendo constituídas por terras públicas ou privadas, conforme Art. 15 §1º da Lei nº 9.985/2000. A suposição inicial da pesquisa foi de que as formas de enfrentamento dos conflitos socioambientais nas APAs de Nova Iguaçu são divergentes entre os agentes sociais que interagem com essas áreas, dependendo da relação socialmente construída com o território, provocando um choque de racionalidades sobre o seu significado e uso. Os resultados da pesquisa apontam que há meios de fortalecer

as bases sociais do conjunto de agentes que interagem com esses territórios, visando a sua sustentabilidade e durabilidade, distintos dos princípios que conceberam a criação dessas áreas e que têm sido incorporados na experiência brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Conflito Socioambiental, Área de Proteção Ambiental.

PUBLIC POLICY AND CONFLICTS: OUTLINING DIFFERENT PERSPECTIVES IN SOCIO-ENVIRONMENTAL RELATIONS IN APAS OF BAIXADA FLUMINENSE MUNICIPALITY

ABSTRACT: The research analyzes how the social agents are positioned regarding the confrontation of conflicts, taking as an empirical basis the study of a public policy, the Environmental Protection Areas (APAs) of the Municipality of Nova Iguaçu, in Rio de Janeiro. It is intended, from this analysis, to outline different perspectives on socio-environmental relations in these territories. APA is a category of Conservation Units for Sustainable Use, being constituted by public or private land, according to Art. 15 § 1º of Law nº 9.985/2000. The initial assumption of the research was that the ways of coping with socio-environmental conflicts in the APAs in Nova Iguaçu are divergent among the social agents that interact with these areas, depending on the socially constructed relationship with the territory, causing a clash of rationalities about its meaning. The research results point out that there are ways to strengthen the social bases of the group of agents that interact with these territories, aiming at their sustainability and durability, different from

the principles that conceived the creation of these areas and that have been incorporated in the Brazilian experience.

KEYWORDS: Public Policies, Socio-environmental conflict, Environmental Protection Area.

1 | INTRODUÇÃO

A ideia de se instituir áreas ambientalmente protegidas é muito antiga e, apesar disso, continua sendo objeto de estudo dos mais variados campos disciplinares das ciências. No Brasil, o interesse pela temática se fez notar a partir da década de 90 nas Ciências Sociais, sugerindo um diálogo promissor entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais, em que se passou a incorporar a construção de um arcabouço teórico-conceitual que desse conta dessa interatividade interdisciplinar.

É possível localizar trabalhos sob as mais diversas abordagens que têm marcado a literatura especializada. Uma das mais marcantes e polêmicas é a perspectiva preservacionista, cujas ideias basilares assentam-se na percepção de “*wilderness*” (vida natural/selvagem), ou seja, na preservação de áreas «virgens» que não devem de forma alguma ser habitadas pelo homem. Contrapondo, num outro extremo dessa corrente, as ciências sociais críticas defendem que, ao se pensar um mundo material socializado e dotado de significados, a sociedade e seu meio ambiente coexistem indissociáveis, visto que os elementos que constituem o “ambiente” não são meramente matéria e energia, já que eles são também culturais e históricos (ACSELRAD, 2004). Assim, nessa perspectiva, o ambiente é inteiro, e não meio, e dele faz parte a humanidade.

No Brasil, nas últimas décadas, houve um acentuado crescimento das áreas protegidas, principalmente das unidades de conservação, o que pode ser interpretado como um avanço na preocupação com a conservação dos recursos naturais. Todavia, apesar do incremento na quantidade de unidades de conservação, observa-se que outras questões interligadas ao assunto merecem atenção, como questões sociais e de gestão dessas áreas (LIMA; ALMEIDA & RIBEIRO, 2014). Uma controvérsia sobre esse assunto é justamente que, embora tenha havido um aumento significativo do número de unidades de conservação criadas no território brasileiro, nem todo esse montante está efetivamente sendo “protegido”, visto que muitas ainda não possuem um plano de manejo nem conselho gestor para regulamentar suas diretrizes de gestão. É preciso também entender qual é o sentido de proteção que tem sido incorporado na experiência brasileira de áreas de proteção ambiental.

As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) são constituídas por terras públicas e privadas, e em muitos casos geram conflitos de cunho social, ambiental e econômico que se manifestam na relação entre grupos sociais distintos e os recursos naturais dessas áreas.

A questão dos conflitos existentes nas APAs é um tema que está ganhando visibilidade na sociedade brasileira e na literatura especializada, entretanto não tanto com a devida importância que requer. Há uma tendência à naturalização dos problemas ambientais e, no geral, uma desconexão do ambiental ao social. Trabalhos consultados sobre conflitos socioambientais em APAs têm apontado que há uma situação de desigualdade que perpassa os conflitos afetando populações residentes nessas áreas às margens dos centros urbanos e despossuídas de poder infraestrutural, ficando vulneráveis e expostas aos riscos ambientais.

Quando se fala da gestão de uma Unidade de Conservação entre as quais se situam as APAs, tem-se deparado com grandes desafios tanto para os poderes executivos federais, estaduais e municipais quanto para a sociedade em geral. Um desses desafios é que, como o território de uma APA engloba também em geral, propriedades privadas, a gestão dessas áreas passa a ocorrer em terras de terceiros, o que acaba se somando ao quadro de conflitos, sem precedentes, na gestão de unidades de conservação dessa categoria (HOEFFEL; FADINI & SEIXAS, 2010).

Tendo essa discussão como ponto de partida, é possível argumentar que os problemas ambientais estão fortemente conectados aos problemas sociais, e mais ainda que os problemas ambientais possam ser causados por problemas sociais. Por isso, acredita-se que os conflitos ambientais que emergem têm um potencial de contribuir para expor os problemas sociais, anteriormente ignorados nas abordagens originais de proteção ambiental de territórios. Sintetizando, pode-se dizer que a gestão de uma APA está intrinsecamente imbricada no gerenciamento de conflitos estabelecidos pelo uso da terra, pela expectativa de desenvolvimento econômico de uma região e, sobretudo, por questões sociais fomentadas pelas expectativas da população residente no território (HOEFFEL; FADINI & SEIXAS, 2010).

Diante da discussão até então apresentada, chegou-se ao seguinte problema de pesquisa: de que forma os agentes sociais envolvidos nas Áreas de Proteção Ambiental do município de Nova Iguaçu se posicionam quanto ao enfrentamento dos conflitos socioambientais existentes nessas áreas?

Com base no delineamento do problema de pesquisa, supõe-se que as formas de enfrentamento dos conflitos socioambientais existentes nas Áreas de Proteção Ambiental (APA) do município de Nova Iguaçu divergem entre os agentes sociais envolvidos nessas áreas, por não serem compartilhadas igualmente por estes, por cada segmento estabelecer uma relação distinta com o território. Além do choque de racionalidades existente entre os agentes sociais sobre o significado e usos dessas áreas, a situação das APAs torna-se ainda mais complexa, pois em alguns casos, moradores nem mesmo têm o pleno conhecimento de que habitam uma APA.

O presente capítulo é produto de uma dissertação de mestrado, tratando-se de uma versão inicial da publicação da pesquisa, em coautoria, envolvendo orientanda e orientadora,

autoras do capítulo em questão. Essa versão inicial, foi apresentada no XLII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração ANPAD/ EnANPAD de 2018, ocorrido em Curitiba, PR, Brasil.

O texto em pauta apresenta a seguinte estrutura sequencial: a introdução do trabalho; a construção do arcabouço teórico do estudo; a metodologia da pesquisa; a análise da pesquisa e seus resultados e, por último, as conclusões seguidas das referências bibliográficas.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Meio Ambiente e a Questão da Proteção Ambiental: Um Panorama Internacional

Há registros de que movimentos preocupados com o meio ambiente começam a surgir após a Segunda Guerra Mundial, intensificados com a criação de organizações não governamentais e acordos ambientais internacionais, que visavam articular uma proposta de política ambiental global. Pode-se mencionar como exemplo dessa iniciativa a União Internacional para a Conservação da Natureza (1948) - *International Union for Conservation of Nature* (IUCN). Também ocorreram eventos como o Clube de Roma (1968), que avaliou a situação ambiental no mundo oferecendo soluções para o futuro da humanidade, publicando vários relatórios que previam a extinção dos recursos naturais (THE CLUB OF ROME, 2017). Esse evento se desdobrou na 1ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, vista como o marco crucial para o debate sobre as questões ambientais no mundo, realizada em 1972, em Estocolmo.

No entanto, essa Conferência, assim como tantos outros fóruns internacionais que debateram as questões ambientais, recebeu diversas críticas que foram levantadas por apresentar uma reafirmação dos compromissos que já haviam sido traçados em outras ocasiões, mas que poucos haviam sido cumpridos. Há autores que interpretam essa situação, como longe de alcançar os seus objetivos, devido a pressões de diferentes grupos de interesse sobre os territórios e suas riquezas e que exercem forte influência na economia dos países.

Chiaravalloti (2016), que estudou durante anos Áreas de Preservação em região brasileira, defende que tem sido recente a utilização do termo “*community-based conservation (CBC) or the New Conservation*”, por entidades conservacionistas internacionais, mas que é preciso examinar essas experiências recentes com cuidado, pois, segundo o autor, apresentam-se com essa justificativa, mas que pouco se diferenciam da visão tradicional de preservação. Para o autor, no âmbito internacional, há muita retórica em torno de envolver e incluir comunidades e muita coisa prometida fica apenas no nível do discurso.

2.2 Política Pública e Proteção Ambiental

O Brasil é um país de grande diversidade biológica, abrangendo diferentes biomas e portador de uma vasta quantidade de fauna e flora. Desde a sua colonização, sofreu com o modelo extrativista e predatório do seu território e junto com ele sofreu a população que já o habitava. O fato é que a natureza era pensada desde o início da história colonial brasileira exclusivamente como recurso a ser extraído e desprovido de gente.

Muito tempo depois, quando os chamados “impactos ambientais de ações antrópicas” começaram a ser comprovados cientificamente, é que serviu de motivação para as lutas dos vários movimentos sociais, inicialmente apenas em prol do meio ambiente, e mais tarde como pressão aos governantes para a tomada de medidas, de forma a mitigar o avanço da problemática ambiental de um modo geral. Assim, a problemática socioambiental em áreas protegidas, como outras temáticas que envolvem políticas governamentais, passou a depender da intervenção interpretativa do aparelho estatal, o qual por meio de suas regras realizam demandas corretivas ou preventivas para as situações de conflito social (ALEXANDRE, 2003). Assim, segundo Acsehrad (2004, p. 8), a questão ambiental deve ser encarada como “intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público”.

Dessa forma, o objeto da pesquisa está conectado com um quadro de problemas de maior complexidade no conjunto da reordenação contemporânea dos instrumentos de regulação dos recursos ambientais, mundialmente falando, e tem se tornado um desafio tanto para pesquisadores como para formuladores de políticas se apropriarem das ferramentas adequadas à compreensão de processos socioecológicos e políticos que colocam “a natureza no interior do campo dos conflitos sociais” (ACSELRAD, 2004, p. 9).

Ao se analisar o ciclo de formação das políticas públicas, pode-se dizer que, independente de qual seja a visão sobre o dinâmico e complexo processo por onde passa a política pública, é imprescindível que, em primeiro lugar, o problema público se insira na agenda governamental e conseqüentemente se tenha uma preocupação com a implementação, por ser nesta fase de execução que há a possibilidade de que os objetivos definidos no processo de formulação sejam alcançados com êxito. E qualquer que seja a política pública, o sucesso ou o fracasso do programa dependerá principalmente da vontade política de seus implementadores (SECCHI, 2010).

Estudos de casos disponibilizados pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP, 1999) revelam que são raras as situações em que as políticas públicas são implementadas conforme planejadas. O NEPP sugere que isso acontece porque na formulação não se visualiza, no seu todo, a “política em ação” e o que foi definido na “política formulada”. Além disso, o ciclo de políticas públicas é caracterizado por negociações, ambigüidade de objetivos, recursos limitados e informação escassa. Com isso, uma série de fatores, sejam eles internos ou externos, impactam na implementação de uma política

pública, e, em algumas vezes, podem até mesmo mudar os rumos por completo de sua execução, levando-a ao atingimento de outros objetivos ou ao fracasso.

Para isso, os gestores, os acadêmicos e os profissionais da área que trabalham com essa problemática devem possuir os conhecimentos e a experiência necessária sobre as variáveis que influenciam nessa fase de implementação das políticas públicas, assim como na estrutura, funcionamento e dinâmica do sistema de planejamento. Assim, evidencia-se que existem enormes obstáculos a serem ultrapassados para o enfrentamento das questões socioambientais que perpassam as APAs como política pública.

2.3 Política Pública Ambiental e a Institucionalização de APAs no Brasil

No processo de elaboração da legislação de áreas protegidas no Brasil, dois conceitos divergentes defendidos por diferentes correntes do movimento ambientalista devem ser mencionados: preservação e conservação. O primeiro, de acordo com o Art. 2º, V, Lei 9.985/2000, abrange o “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção em longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais”. Enquanto que a conservação é:

o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

A expansão da ação governamental brasileira na área ambiental se deu como um dos resultados práticos das múltiplas conferências internacionais, já mencionadas anteriormente, assim como pressões políticas e mobilizações sociais em prol da questão ambiental (LITTLE, 2003, p.16). Segundo o referido autor, após a promulgação da Constituinte, “vários programas e instituições governamentais foram estabelecidos para atender à crescente demanda por soluções para os problemas ambientais do país” conforme será visto a seguir.

No Brasil, por meio da elaboração da Lei nº 6.938, de 1981, foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 1981). Outro órgão importante é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), instituído pela Lei 6.938/81, sendo o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA. O CONAMA é um colegiado representado por cinco segmentos: órgãos públicos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil (BRASIL/MMA, 1981). Somente a partir da Carta Magna de 1988 as políticas ambientais no Brasil começaram a tomar uma dimensão mais real, principalmente pelo estabelecimento do Art. 225 da Constituição Federal de 1988 que foi considerado, na época, parte de um dos decretos ambientais mais avançados do mundo, pois considerou que fosse de responsabilidade do

poder público, a preservação do meio ambiente e que este fosse tratado como um bem comum, pelo qual, todos deveriam prezar.

Segundo Cader e Vieira (2015), com a institucionalização da Constituição de 1988, os órgãos ambientais passaram por significativas transformações, inicialmente, em 1989, com a criação do IBAMA, com a missão de formular, coordenar e executar a PNMA. No entanto, somente anos depois foi criado o Ministério do Meio Ambiente, e por ser considerado um órgão de hierarquia superior passou a exercer as funções que anteriormente eram do IBAMA, enquanto que este passou a atuar na fiscalização.

No que tange à criação e gestão de unidades de conservação no Brasil, os principais marcos institucionais foram: a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e a criação do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (IBAMA, 2007).

O SNUC é considerado a referência inicial para o planejamento de áreas protegidas, uma vez que registra a promessa de uma nova postura por parte do Estado na sua relação com a sociedade, considerando “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais” e também apontando mecanismos que possibilitassem maior participação pública no processo de criação e gestão das áreas protegidas (IBAMA, 2007). A seguir, no quadro 1, apresentam-se as unidades de conservação brasileiras, que são classificadas em unidades de proteção integral e de uso sustentável, definidas de acordo com suas possibilidades de manejo, onde se visualiza a categoria APA:

Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI)	Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS)
I- Estação Ecológica (Esec) II- Reserva Biológica (Rebio) III- Parque Nacional (Parna) IV- Monumento Natural (MN) V- Refúgio da Vida Silvestre (RVS)	I- Área de Proteção Ambiental (APA) II- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) III- Floresta Nacional (Flona) IV- Reserva Extrativista (Resex) V- Reserva de Fauna VI- Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) VII- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Quadro 1 – Classificação das Unidades de Conservação

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2017).

O IBAMA (2007) registrou como principais dificuldades: assegurar a sustentabilidade financeira ao SNUC; dotar o sistema de unidades de conservação com pessoal em número e qualificação adequados; providenciar a regularização fundiária das unidades de conservação; regulamentar as categorias de manejo contidas no SNUC; instituir sistemas estaduais e municipais compatíveis com o SNUC; incrementar a elaboração e implementação de planos de manejo das unidades de conservação. Portanto, o que vemos é que a legislação ambiental brasileira se apresenta com inúmeras instituições que

devem interagir com as APAs no sentido de beneficiá-las, mas que por outro, pode haver superposição de responsabilidades, o que pode causar dificuldades de compreensão e para a tomada de decisão para aqueles envolvidos diretamente com o uso dessas áreas.

2.4 Conflitos Socioambientais e Territorialidade: A Problemática da Conservação em Áreas de Proteção Ambiental

O conflito tem um significado sociológico tanto quanto produz ou modifica grupos de interesse, uniões e organizações. Esse é um princípio defendido por um dos mais notórios estudiosos de conflitos, George Simmel (1903;1983), para quem há, inclusive, um aspecto paradoxal que posiciona o conflito como uma forma de interatividade e até mesmo de socialização. Nesse sentido, Simmel atenta para dois lados do conflito: um positivo, que tem um caráter socializante, podendo o conflito levar a soluções de divergências, e um negativo, que pode levar à anulação de uma das partes envolvidas. Para ele, não é possível apartar esses dois lados, sendo possível apenas separá-los conceitualmente, mas nunca empiricamente.

Esse entendimento de conflito, como ponto de partida, é importante quando se pretende compreender e interpretar um complexo cenário que envolve uma gama de grupos sociais em torno da criação e uso de expressivos territórios, as Áreas Protegidas de uma municipalidade da região metropolitana do Rio de Janeiro – as APAs municipais de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Quando se discute conflitos ambientais, segundo Brito *et al.* (2011, p. 58) refere-se “às tensões que envolvem decisões sobre quando, como e onde utilizar os recursos naturais”. O conflito ambiental surgiria de eventuais rupturas do “acordo simbiótico” entre as distintas práticas sociais alocadas no espaço, posto que, dependendo da combinação de determinadas atividades, o “meio ambiente” poderia tornar-se um meio de transmissão de impactos indesejáveis, que poderiam ser disseminados tanto pela água, pelo ar, pelo solo e/ou pelos sistemas vivos. Dessa forma, o desenvolvimento de certa atividade poderia comprometer a possibilidade de outras práticas se manterem (ACSELRAD, 2004). Os conflitos ambientais devem ser compreendidos, portanto, conjuntamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território, já que ambos são espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral.

A literatura aponta uma diferenciação entre problema ambiental e conflito ambiental. O primeiro está condicionado a uma situação em que há risco, dano social ou ambiental, mas não há uma reação ativa das pessoas atingidas ou de outros grupos sociais, enquanto que, no segundo, ocorre uma situação de confronto em relação ao uso ou gestão dos recursos naturais (BRITO *et al.*, 2011) e de seu respectivo território. Para Acselrad (2004), a concepção de “problema ambiental” parece ter um caráter mais restritivo e pontual, já que mudanças no meio ambiente somente se tornam problemas ambientais em processos sociais em que sujeitos coletivos as definam como tais.

No âmbito acadêmico, tem se amadurecido a discussão de que os conflitos ambientais são alimentados pela desigualdade social, originando o sentido do termo “desigualdade ambiental”. Assim, na visão de Acselrad *et al.* (2012) os processos de produção das desigualdades ambientais, associados às dinâmicas da acumulação por espoliação, tendem a favorecer a eclosão de conflitos territoriais e ambientais, posto que inviabilizam a existência de diversos grupos, revelando a sobreposição de grandes projetos - de infraestrutura, siderurgia, mineração, agroexportação, monoculturas, entre outros - a territórios marcados pela presença de grupos tradicionais e/ou socialmente vulneráveis, encarados por setores públicos e privados do projeto desenvolvimentista hegemônico, conforme os referidos autores, como obstáculos ao processo de acumulação de capital.

Para Brito *et al.* (2011), os conflitos socioambientais são mais comuns nos países em desenvolvimento. Nas áreas urbanas desses países os conflitos estão normalmente relacionados à iniquidade social, enquanto que em suas zonas rurais os conflitos socioambientais ocorrem mais por causa da apropriação dos recursos naturais, aqui envolvendo a territorialidade (SANTOS, 1997), ou por questões relacionadas à preservação de culturas dos povos que vivem nas localidades.

Com efeito, argumentam Acselrad *et al.* (2012) que a problemática ambiental ainda está distante de agregar todos os grupos sociais em prol de um bem comum, posto que determinados territórios de grupos sociais desprivilegiados são tratados como receptores dos rejeitos produzidos pelas práticas dos grupos economicamente dominantes, fazendo-se vigorar um modelo de desenvolvimento pautado tanto na distribuição desigual de bens sociais quanto nos efeitos ambientais desiguais.

Já se provou que baixas condições socioeconômicas levam a maior exposição das pessoas a riscos ambientais, configurando a situação de desigualdade ambiental. Portanto, a desigualdade social é a gênese da desigualdade ambiental, visto que há um grau diferenciado de exposição de grupos socialmente vulneráveis aos riscos ambientais, tais como enchentes, deslizamentos, alto nível de poluição do ar, falta de saneamento básico, condições inadequadas de moradia, entre outros, gerando conflitos (ALVES, 2007).

Ao estudar experiências envolvendo conflitos socioambientais, Brito *et al.* (2011) revelam que a resolução desses conflitos praticamente não ocorre a partir da tentativa de mediação, conciliação ou negociação, o que vem prejudicar não só a sociedade, como também o próprio ambiente, por não haver igualdade nos interesses dos agentes envolvidos no conflito. Argumentam ainda que grupos com poderes econômicos e políticos predominantes tendem a se sobrepor por terem objetivos mais claros e definidos, que são compartilhados entre esses poderes, fortalecendo-os e gerando uma situação desproporcional quando confrontados com os interesses de grupos comunitários, ONGs e movimentos sociais. Embora esses possam articular apoio de entidades combativas da sociedade civil e mesmo do setor público, possuem interesses mais heterogêneos,

além de geralmente não conseguirem acesso a toda a informação necessária e o amparo institucional do Estado para dar embasamento e suportar as suas reivindicações.

Todavia não podemos considerar que isso seja um fato consumado de modo que não haja perspectivas de ganhos sociais ou ambientais para grupos não hegemônicos, pois estes podem, a partir de seu próprio empoderamento, reverter situações em seu benefício. Qualquer que seja a perspectiva possível aos grupos não hegemônicos, é importante lembrar o que Santos sempre enfatizou que as grandes mudanças sociais vão ocorrer a partir da perspectiva dos “marginalizados” da “periferia” (SANTOS 1997).

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo é de natureza qualitativa, considerando o problema de pesquisa que busca analisar como os agentes sociais envolvidos nas Áreas de Proteção Ambiental do município de Nova Iguaçu se posicionam quanto ao enfrentamento dos conflitos socioambientais existentes nessas áreas. Sendo do tipo exploratório e classifica-se por sua abordagem analítica e descritiva, conforme Gil (2002). A coleta de dados se deu através de pesquisa bibliográfica, documental e empírica com fontes orais.

Para a pesquisa documental, foram consultadas as seguintes fontes: Plano de Manejo da Rebio do Tinguá (2006); Plano Diretor Participativo da Cidade de Nova Iguaçu (2008); Plano de Manejo da APA Tinguá (2016); Plano de Manejo da APA Rio D’Ouro (2016); Plano de Manejo da APA Jaceruba (2016); e, leis e decretos relacionados à criação e funcionamento das APAs estudadas.

Os sujeitos da pesquisa, apresentados no Quadro 2, foram definidos de acordo com critérios estabelecidos conjugando a técnica de *snowball* com a acessibilidade e envolvimento dos mesmos com a problemática.

ENTREVISTADO	ÓRGÃO DE ORIGEM
Entrevistado 1	SEMADETUR
Entrevistado 2	Técnico Agrícola Local
Entrevistado 3	Guarda Ambiental
Entrevistado 4	Associação de Moradores de Tinguá
Entrevistado 5	SEMADETUR
Entrevistado 6	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaceruba
Entrevistado 7	Instituto Ecopreservar
Entrevistado 8	ONG Planeta Verde

Quadro 2 - Configuração Final dos Sujeitos de Pesquisa

Fonte: Elaboração própria a partir da seleção de sujeitos de pesquisa (2017).

Em campo, conduziu-se a pesquisa empírica por meio de entrevistas, com base nas questões norteadoras da pesquisa, quais sejam: quem são os agentes sociais envolvidos nas APAs em Nova Iguaçu; o que você compreende como APA; de que forma você atua nas APAs (qual a sua relação com as APAs); quais são os conflitos socioambientais das APAs de Nova Iguaçu; e, de que forma são enfrentados os conflitos socioambientais nas APAs de Nova Iguaçu. Vale ressaltar, que as questões norteadoras não são perguntas específicas nem um questionário; como o próprio nome caracteriza, elas norteiam os pesquisadores na condução das entrevistas.

Julgou-se adequada como técnica de análise de dados nesta pesquisa a análise de conteúdo nos moldes de Bardin (1977). A partir do objetivo da pesquisa, definiram-se com base na pesquisa bibliográfica, as categorias de análise apresentadas no quadro 3.

Categorias	Definição teórica
Política Pública	“(…) campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26).
Área de Proteção Ambiental	“(…)área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL/MMA, 2000).
Desigualdade Ambiental	“O conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se aos grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos” (ACSELRAD <i>et al.</i> , 2012, p. 165).
Conflito Socioambiental	“(…) embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural” (LITTLE, 2004, p. 1). Emergem como formas de confronto entre certos modos de vida consagrados pelos seus meios de relacionar-se com a natureza, em que está em jogo valores e regras. (...) quando se estabelece um conflito socioambiental, a luta pelo território converte-se em disputa pelo poder de agir e dispor sobre o território (BESSA, 1993).

Quadro 3 - Categorias Analíticas da Pesquisa

Fonte: Elaboração própria a partir de Souza (2006, p. 26); Brasil/MMA, (2000); Acsehrad *et al.* (2012); Little (2004); Bessa (2013).

Apesar de terem sido definidas *a priori*, com base no arcabouço teórico construído admitiu-se o surgimento de categorias analíticas emergentes, ou subcategorias originadas do trabalho de campo. Durante as entrevistas, foi percebido que a categoria “conflito ambiental” não expressava exatamente a dimensão dos conflitos revelados, assim foi substituída por “conflitos socioambientais”, compreendendo de uma forma mais abrangente a interação desses agentes com o meio ambiente.

4 | ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

O objetivo deste capítulo é realizar uma articulação entre o arcabouço teórico do estudo, os principais achados evidenciados com as entrevistas e a pesquisa documental.

O município de Nova Iguaçu tem aproximadamente 70% de seu território constituído de áreas verdes. Assim sendo, à primeira vista, a criação de unidades de conservação federais, estaduais e municipais em Nova Iguaçu pode sinalizar uma preocupação do poder público em implementar políticas públicas voltadas à proteção ambiental desse território. As Unidades de Conservação existentes no município são: uma reserva biológica, dois parques municipais e um estadual, onze áreas de proteção ambiental (sendo três estaduais e oito municipais), e duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Três dessas APAs municipais se encontram na zona de amortecimento da Rebio do Tinguá. Todas essas Unidades de Conservação fazem parte do bioma Mata Atlântica.

As Áreas de Proteção Ambiental de Nova Iguaçu foram sendo definidas a partir de legislações municipais entre os anos de 2000 e 2012. Sendo estas: APA Tinguazinho, APA Tinguá, APA Rio D’Ouro, APA Guandu-Açu, APA Jaceruba, APA Retiro, APA Morro Agudo e APA Posse/Guarita. De todo modo, sabe-se que as únicas APAs do município a terem planos de manejo são Tinguá, Jaceruba e Rio D’Ouro. Vale salientar que os Planos de Manejo dessas APAs têm previsão de implementação de cinco anos, ou seja, até o ano de 2021 e, após esse período, caso se não tenha atingido sua aplicabilidade de forma completa, deverá ser realizada uma revisão nos Planos de Manejo para atualização de suas propostas conforme a realidade local (VERDE ENGENHARIA, 2016).

Na análise dos dados empíricos, definiu-se como primeira categoria analítica “Políticas Públicas”, visto que as APAs foram criadas como uma política pública e também pelo fato de que, ao se tratar a problemática socioambiental, segundo o viés da política governamental percebe-se que esta depende da intervenção interpretativa do aparelho estatal, conforme argumenta Alexandre (2003). Esta categoria confirma a definição de políticas públicas de Souza (2006), por se buscar identificar e analisar as ações realizadas pelo governo em prol das APAs como política pública.

Ao serem questionados sobre o que fazer para a resolução dos entraves apresentados para a implementação de políticas dentro das APAs, os entrevistados apresentam soluções

que variam de vontade política, passando por colocar em prática os Planos de Manejos, políticas de capacitação da população das APAs, entre outras.

Nessa categoria são identificados aspectos relativos aos obstáculos encontrados para que os Planos de Manejo das APAs se cumpram, de que modo esses obstáculos irão afetar o ciclo dessa política, principalmente se consideradas as questões que embasam a sua formulação apresentada anteriormente no trabalho e os problemas da sua implementação que se tentou mostrar por meio do trabalho de campo.

Na categoria analítica “Área de Proteção Ambiental”, os relatos indicam qual é a compreensão que os entrevistados possuem dessas áreas. Diversos relatos apontam que muitos que habitam as APAs ou seu entorno não tem conhecimento de que essas áreas foram criadas por força de lei.

A preocupação maior dos entrevistados com a proteção ambiental é com na Reserva Biológica do Tinguá (Rebio Tinguá) devido à proibição de adentrá-la, como também, por ser mais antiga no território. Alguns entrevistados sinalizaram que, além de muitos não saberem que habitam APAs, estes não possuem um conhecimento mais aprofundado sobre a legislação que permeia essas áreas, logo, desconhecendo quais são as atividades permitidas ou não dentro delas.

Quanto à categoria analítica “Desigualdade Ambiental”, observou-se que dados documentais corroboram os achados de campo, no tocante aos aspectos socioeconômicos e infraestruturais, que perpetuam a situação de degradação ambiental onde habitam os moradores das APAs e seu entorno. Há relatos que mostram que a dificuldade de oferta de emprego para os residentes dessas APAs e entorno ocasiona a baixa renda das populações residentes nessas áreas, que no geral se veem na opção de trabalhar com agricultura ou mesmo em atividades consideradas ilegais nas APAs. Muitas pessoas se deslocam também para os grandes centros urbanos, no intuito de conseguirem alguma forma de subsistência.

A última categoria analítica “Conflitos Ambientais” que foi reformulada, com base na análise das entrevistas, levando os pesquisadores a denominá-la “Conflitos Socioambientais”, aponta que de modo geral, os relatos apresentados ratificaram diversas informações contidas nos documentos analisados, sobretudo os Planos de Manejo das APAs Tinguá, Rio D’Ouro e Jaceruba e o Plano de Manejo da Rebio do Tinguá, que registram que existem inúmeros conflitos ambientais no município de Nova Iguaçu, muitos destes relacionados às Unidades de Conservação existentes em seu território.

Entretanto os documentos apresentam um olhar institucional, a visão daqueles que formularam os Planos de Manejo que tende a responsabilizar a própria população residente nas APAs pelos problemas ambientais existentes nessas áreas. A perspectiva desses Planos se distingue das perspectivas dos residentes das APAs que tendem a responsabilizar a ausência de serviços públicos e equipamentos infraestruturais à população.

Por outro lado, ao se identificar as formas de enfrentamento dos conflitos apresentados pelos entrevistados, percebeu-se que a situação vai de encontro às ideias de George Simmel (1903;1983) ao apontar o aspecto paradoxal do conflito, ao considerar os dois lados do conflito, que pode ser tanto positivo quanto negativo. Esse aspecto paradoxal reflete a experiência em análise.

Os resultados da pesquisa apontam, de uma forma geral que os problemas existentes na implementação das APAs em estudo, como política pública, refletem, não somente falhas na sua formulação, mas também revelam o quanto ainda são incipientes os processos de formulação e implementação de políticas ambientais no Brasil e extremamente crítico quando existem perspectivas distintas ou mesmo antagônicas nas relações socioambientais nesses territórios.

5 | CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo foi analisar como os agentes sociais envolvidos nas Áreas de Proteção Ambiental do município de Nova Iguaçu se posicionam quanto ao enfrentamento dos conflitos socioambientais existentes nessas áreas, dessa forma, o estudo contribui para o campo das Ciências Sociais e Humanas e aqui destacamos também que amplia a agenda de pesquisa da Administração Pública, tratando-se da gestão de uma política pública, a criação das APAs.

A análise do objeto foi possível devido à construção do arcabouço teórico que desse conta de explorá-lo, levando à definição das categorias de análise o que veio nortear o estudo empírico proposto.

Localizaram-se na literatura nacional e internacional autores relevantes que se debruçam sobre os estudos das políticas públicas ambientais e como as APAs se inserem nesses estudos de forma a possibilitar que os pesquisadores delineassem o problema da pesquisa: de que forma os agentes sociais envolvidos nas Áreas de Proteção Ambiental do município de Nova Iguaçu se posicionam quanto ao enfrentamento dos conflitos socioambientais existentes nessas áreas?

Para responder ao problema de pesquisa, elaborou-se a suposição inicial da pesquisa de que as formas de enfrentamento dos conflitos socioambientais existentes nas Áreas de Proteção Ambiental do município de Nova Iguaçu divergem entre os grupos sociais envolvidos nessas áreas, por não serem compartilhadas igualmente por esses grupos, pois estabelecem uma relação diferente com o território.

De acordo com os dados analisados, os resultados da pesquisa além de confirmarem essa suposição, chamam também a atenção para o fato de que, por parte dos agentes públicos locais ainda há uma atuação focada na fiscalização e em sanções punitivas no lugar de uma abordagem educativa, e orientativa de modo a estimular boas práticas socioambientais. No olhar dos agentes sociais, vários são os conflitos socioambientais

existentes dentro dessas APAs, especialmente por estas se encontrarem na zona de amortecimento da Reserva Biológica (Rebio) do Tinguá, que é uma reserva que por lei não pode ser habitada, tornando a situação ainda mais delicada.

A pesquisa detectou que os órgãos públicos ainda se encontram desarticulados em relação aos seus vastos territórios a serem protegidos, pois embora identificadas as potencialidades locais não nos pareceu que os Planos de Manejo das APAs e o da Rebio do Tinguá saíram do papel para que essas potencialidades sejam estimuladas. As entrevistas revelam a existência de indicadores de vulnerabilidade que precisam ser priorizadas pelos gestores dessas APAs entre eles, problemas cruciais infraestruturais, escassez de recursos humanos e financeiros para o monitoramento, entre outros.

Conclui-se que, de modo geral, há a necessidade de formulação de políticas públicas em diferentes frentes nas APAs, envolvendo desde políticas de inclusão social, que visem geração de emprego e renda, educação ambiental e de participação comunitária na gestão das APAs, ou mesmo com a disseminação da ideia de cogestão desse bem público, em que as populações envolvidas desempenhem um papel central.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Henrich Böll, 2004, p. 7-11.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 13-35.

ACSELRAD, Henri *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: O que está em jogo na questão ambiental?. **E-cadernos CES 17**, p. 164-183, 2012. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbiental.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Políticas de Resolução de Conflitos Socioambientais no Brasil: o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

ALVES, Humberto Prates da Fonseca. Desigualdade ambiental no município de São Paulo: Uma análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situação de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento. **Revista Brasileira Est. Pop.**, São Paulo, v. 24, nº2, p. 301-316, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v24n2/07.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BESSA, Elaine da Silva. O lugar dos homens na natureza social: uma proposta reflexiva sobre o meio ambiente. Dissertação de Mestrado, 152 p. – Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.

BRASIL. **Art. 225 da Constituição Federal, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Decreto nº 5.758, de 13 de Abril de 2006.** “Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5758.htm>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981.** “Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Lei nº 9.985, de 18/07/2000.** “Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Lei nº 11.516, de 28 de Agosto de 2007.** “Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm>. Acesso em: 09 jul. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.** 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

BRITO, Daginete *Maria Chaves et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. PRACS: **Revista da Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.** Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/371>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

CADER, Renato; VIEIRA, Liszt. A política ambiental do Brasil ontem e hoje. **Revista Eco 21.** Edição 129.2015. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1601>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CHIARAVALLI, Rafael Morais. Local communities and conservation in the Pantanal wetland, Brazil. 215 p. Tese de Doutorado. Department of Anthropology, University College London, UK, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

HOEFFEL, João Luiz de Moraes; FADINI, Almerinda Antonia Barbosa; SEIXAS, Sônia Regina da Cal. **Sustentabilidade, qualidade de vida e identidade local – olhares sobre as APAs Cantareira, SP e Fernão Dias, MG.** São Carlos: RiMa Editora, FAPESP, 2010.

IBAMA. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil/Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas.** – Brasília: MMA, 2007, 124p. (Série Áreas Protegidas de Brasil, 5).

ICMBio, **Plano de Manejo REBIO do Tinguá.** 2006. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_tingua.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

LIMA, Gumerindo Souza; ALMEIDA, Marcello Pinto de; RIBEIRO, Guido Assunção. **Manejo e Conservação de Áreas Protegidas.** Viçosa: Editora Engenharia Florestal, 2014.

LITTLE, Paul Elliott. Os desafios da política ambiental no Brasil. In: LITTLE, P. E. (Org.). **Políticas Ambientais no Brasil: Análises, instrumentos e experiências.** São Paulo: Peirópolis/ Brasília, DF: IIEB, 2003, p. 13-21.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS (NEPP/UNICAMP). **Modelo de avaliação de programas sociais prioritários**: relatório final. Campinas, 1999. Disponível: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=document&category_slug=atencao-primaria-em-saude-944&alias=557-modelo-avaliacao-programas-sociais-prioritarios-relatorio-final-7&Itemid=965>. Acesso em: 25 mai. 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIMMEL, George. The Sociology of Conflict: **The American Journal of Sociology**, 1903, p. 490-525. Disponível em: <https://brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel_1904a.html>. Acesso em: 01 jul. 2017.

_____. **A natureza sociológica do conflito**. In: Moraes Filho (Org.) Sociologia. Ática: São Paulo, 1983, p. 122-134.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

THE CLUB OF ROME. **History**. Disponível em: <<https://www.clubofrome.org/>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

VERDE ENGENHARIA. **Plano de Manejo da APA de Tinguá**. 2016^a.

VERDE ENGENHARIA. **Plano de Manejo da APA de Jaceruba**. 2016^b.

VERDE ENGENHARIA. **Plano de Manejo da APA de Rio D'Ouro**. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 68, 126, 127, 128, 129, 131, 132
Alfabetização Digital 173, 174, 175, 176
Alterações 8, 81, 126, 175, 181
Área de Proteção Ambiental 133, 139, 143, 145

B

Biblioteca Escolar 161, 163, 167, 168
Biblioteca Pública 12, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 178
Biblioterapia 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168
Biologia 63, 224

C

Catadores 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125
Competencias Cognoscitivas 224, 230, 232, 235, 237
Conflitos Socioambientais 34, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 62, 63, 64, 77, 79, 133, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148
Conocimiento 201, 202, 204, 209, 218, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 233, 235, 236, 238
Conselho 38, 43, 46, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 68, 100, 116, 119, 120, 121, 122, 129, 130, 131, 134, 138
Contadores de Histórias 169, 170, 171, 172

D

Design Editorial 239, 241, 243
Dimensões da Sustentabilidade 34, 41, 42, 43, 45

E

Empoderamento Feminino 173
Estratégias 2, 6, 8, 9, 15, 16, 19, 32, 41, 43, 47, 50, 51, 52, 59, 79, 100, 110, 127, 150, 154, 158, 159, 179, 180, 181, 185, 187, 191, 193, 195
Estresse Ocupacional 179, 180, 181, 184, 185, 186, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200
Ética Empresarial 109, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 160

F

Funções de Linguagem 239, 240, 241, 243, 244, 249, 250

G

Gestão Participativa 48, 50, 51, 58

I

Instituição Educacional Privada 179

Instituto Ethos 8, 19, 97, 110

J

Justiça Ambiental 42, 62, 63

L

Lago Guaíba 80, 81, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Leitura 53, 60, 64, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 240, 241, 244, 245, 249, 250, 251

Livro Pop-Up 239, 240, 241, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Lixo 1, 2, 3, 4, 5, 16, 112, 118, 120, 121, 122

M

Mediação 39, 43, 141, 165, 169

Meio Ambiente 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 23, 33, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 58, 80, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 103, 105, 109, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 147, 148

P

Participação Social 48, 49, 50, 52, 59, 60, 61

Poder Público 40, 53, 62, 64, 101, 106, 111, 113, 115, 116, 117, 123, 139, 144

Políticas Públicas 41, 47, 50, 61, 111, 127, 133, 137, 138, 144, 146, 147, 149, 158, 252

Povos e Comunidades Tradicionais 62, 64, 65, 68, 69

Práticas Sustentáveis 6, 7

Professores Ensino Superior 179

Protagonismo Jovem 173

Q

Quilombos 62, 63, 64, 65, 66, 76, 78, 79

R

Racionalidade Ambiental 34, 41, 42, 44, 45, 46

Recursos Hídricos 12, 80, 81, 83, 85, 88, 89, 93, 96, 105

Reflorestamento 15, 80

Resíduos Sólidos 16, 104, 105, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125

Responsabilidade Social 4, 5, 9, 18, 19, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160

Responsabilidade Socioambiental 18, 94, 109

S

Samarco S.A 94, 95

Semiose 239, 241

Shopping Centers 6, 7, 8, 11, 12, 15, 17, 20

Solução Alternativa do Conflito de Interesses 34, 36

Sustentabilidade 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 17, 18, 19, 20, 34, 41, 42, 43, 45, 46, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 96, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 130, 131, 133, 139, 143, 148, 158

T

Transformação Social 19, 108, 173

U

Unidades de Conservação 32, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 77, 78, 90, 133, 134, 135, 139, 144, 145, 148

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 